

O registo do discurso e a sua tradução: A propósito de dois títulos de Italo Calvino

José Colaço Barreiros

Os títulos das edições portuguesas das primeiras duas obras da trilogia *I nostri antenati* de Italo Calvino, *O Visconde Cortado ao Meio* [*Il visconte dimezzato*] e *O Barão Trepador* [*Il barone rampante*], põem o dedo numa das chagas que mais afectam a qualidade das traduções: a alteração do registo utilizado pelo autor, e que consiste em aproximar do nível de língua padrão a tradução de um texto original que dele se afasta. Actualmente vemos surgir na literatura cada vez mais o emprego de registos populares, de gírias e marcas de oralidade que até há poucos decénios estavam banidos ou eram raros na escrita, vindo assim criar novas dificuldades aos tradutores na busca de equivalências. Mas igualmente, e talvez até com maior frequência, se verifica o inverso, a passagem de um nível mais elevado para o corrente. E, de facto, se o «registo é uma variedade de linguagem que o seu utente considera apropriada para uma situação específica»¹, a sua alteração numa tradução implica o deturpar a intenção do autor. De resto, esta é uma prática que dá um contributo nada insignificante para se consolidar a ideia generalizada de que as traduções fatalmente empobrecem o texto original.

No caso concreto que citamos, o problema já se levantou à segunda tradutora espanhola da trilogia, Esther Benítez, que em 1975 acabou por optar, de acordo com o autor, por *El vizconde demediado* e *El barón rampante*², depois de trocar uma série de impressões com o escritor italiano que veio mais tarde a publicar³. É precisamente, tendo em conta a estranheza suscitada pelo termo *dimezzato* que Esther Benítez introduz esta correspondência:

Mais de uma vez me perguntaram porque é que, na tradução do *Visconte dimezzato* de Italo Calvino, optei pela solução *El vizconde demediado*, que em castelhano resultava – agora creio que já nos habituámos – mais ou menos chocante. Aqui está a resposta, ou melhor dizendo, os prolegómenos da resposta, porque, depois de ter trocado todo o tipo de possibilidades sobre a tradução do título, [...] corremos o risco do *demediado*, que no fim acabou por nos agradar.⁴

O termo *dimezzato* significa «dividido ao meio, repartido em dois», usando-se nomeadamente para definir um brasão nobiliárquico dividido verticalmente com metade de uma cor e metade de outra. Refira-se, a título de curiosidade, que há quem apresente também um sentido figurativo do termo, derivado precisamente do Visconde *dimezzato*: «pouco íntegro, ou que aceita uma perda da sua moral e dignidade»⁵, aplicado particularmente no caso dos jornalistas. Verificamos assim que foi o próprio romance que veio popularizar o vocábulo, recuperando-o para a linguagem do dia a dia, e com um novo significado. Ora, em português, também seria mais rigoroso usar o adjectivo «esmeado», definido pela *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* como «serrado ou dividido longitudinalmente pelo meio», que é exactamente a ideia pretendida por Calvino, ou mesmo «desmeado», segundo a mesma Enciclopédia (mas não para José Pedro Machado) um regionalismo minhoto que designa uma tábua serrada ao meio no sentido longitudinal. Obviamente, a primeira reacção do tradutor perante o *esmeado* será: «não se usa», o que não deixa de ser verdade; mas aqui o exumar um arcaísmo concorda perfeitamente com a intenção de Calvino ao dar-lhe esse título. E, além disso, de facto, a tal reacção de estranheza não difere da que terá sentido o leitor italiano ao surgir-lhe em 1952 o *dimezzato* no título do romance.

Eis como o próprio Calvino responde à tradutora espanhola, que lhe perguntava se não seria demasiado pedante a palavra *demediado*:

A tradução argentina intitulou-se *Las dos mitades del vizconde*. O defeito deste título é que mostra logo o jogo, isto é, o leitor sabe imediatamente que as metades são duas e não uma só como deverá julgar ao ler os primeiros capítulos. *El vizconde partido en dos* tem o mesmo defeito e também é demasiado comprido. A tradução francesa é *Le vicomte pourfendu*; soa bem mas é impreciso. A inglesa é *The Cloven Viscount*; *cloven* quer dizer coxo, é um antigo atributo do diabo. Talvez se pudesse encontrar uma solução deste género, um belo adjectivo que queira dizer somente «coxo», ou “manco” ou “maneta”. *El vizconde tuerto*? Seria um interessante caso de metonímia: já não “a parte pelo todo”, mas “a parte pela metade”...⁶

Posteriormente, em carta de 18/3/75, Esther Benítez chega ainda a propor o título *El vizconde trunco*, defendendo esta nova opção com os seguintes argumentos:

[...] é genérico para “mutilado, incompleto”, não se refere a nenhuma das partes concretas da mutilação, como seria o caso de coxo, rengo, manco, maneta, etc., é curto, e também não desvenda ao leitor que há duas metades – embora neste caso [...] tenha de lhe responder que o desvenda da forma mais explícita no prólogo, que por outro lado achei estupendo enquanto revela os mecanismos da génese de cada um dos contos.

Calvino rejeita-o imediatamente: «De *El vizconde trunco* não gosto. Se não me engano, *trunco* dá a ideia de troncado horizontalmente, ou sem pernas. Prefiro então *Las dos mitades del Vizconde*.» (carta de 7/5/75). Para depois decidir, como refere a tradutora, «sozinho e com o original já em provas», que este último título também não lhe agradava, e optar definitivamente pelo *demediado*.

Por outro lado, passando agora ao segundo livro, no que diz respeito ao termo «trepador», há mesmo uma completa alteração do sentido original: Calvino jamais quis dar ao barão Cosimo a conotação de arara. *Rampante* fará lembrar por paronímia, sem, no entanto, ser seu sinónimo, *rampicante*, o termo que designa «trepador»: de comum têm o étimo, mas a partir daí deixa de haver relação entre os dois; pelo contrário, tal como o seu homónimo português, é um adjectivo cuja aplicação se restringe à heráldica, designando os animais quadrúpedes – sendo o mais comum o leão – que surgem nos brasões vistos de perfil, erguidos sobre as patas traseiras, com as dianteiras levantadas (ou ao centro do brasão, ou aos lados na posição de segurá-lo, caso em que existe um de cada lado). Assim, a tradução correcta será *O Barão Rampante* e, de modo nenhum, «O Barão Trepador». E com estas novas traduções dos títulos devolve-se a unidade que lhes deu Calvino, com um adjectivo – uma única palavra – conotado com a heráldica a qualificar aqueles estranhos fidalgos «nossos antepassados». Neste caso, dar um carácter prioritário à fidelidade ao conteúdo coincide com o ser também fiel à letra do original.

Contudo, ao assinalar a concordância de critérios entre as traduções espanholas e portuguesas de há quarenta anos, quando a atribuição dos títulos obedece mais a motivações que não tanto as filológicas, por serem mais sensíveis à diferença de situações entre as sociedades das línguas de partida e de chegada, e assim exigirem uma certa adaptação (recorde-se que o próprio Calvino tem a sua *Speculazione edilizia* traduzida por *Os Oportunistas*, dado que na época da sua edição portuguesa, boom económico e especulação imobiliária eram desconhecidos entre nós), – mais que atacar os critérios que levaram o tradutor português a optar pelas soluções publicadas, o propósito que levou à elaboração destas notas foi reflectir um pouco sobre a questão das frequentes variações diastráticas ou mesmo diafásicas entre um texto e a sua tradução para outros idiomas, alterando-o sem dúvida quanto à estilística; problema este, que para muitos linguistas e tradutores, é de essencial relevância, tendo em conta a afirmação de M. Gregory: «Podemos considerar que estabelecer a equivalência do registo é o factor preponderante no processo da tradução, e os problemas para a determinar uma prova crucial da traduzibilidade».7

Com efeito, se uma pessoa identifica imediatamente o registo de um discurso na sua língua materna, se reconhece logo quando ele se afasta da linguagem padrão por ser mais erudito ou mais popular⁸, terá sempre maiores dificuldades

para o fazer numa língua que não é a do seu quotidiano, de que tenha um conhecimento mais filológico e gramatical do que vivido. E a tendência imediata do tradutor é a de medianizar o texto, pondo em linguagem corrente o que pode não o ser, enquanto receia sempre que o seu desconhecimento ou falta de familiaridade, em relação a tal ou tal vocábulo ou expressão, se deva antes à sua insuficiência no domínio da língua de partida, sem pensar que essa palavra ou expressão poderá também causar estranheza a um falante dessa mesma língua, sem pensar que o vocábulo poderá até – quem sabe? – ser criado pelo próprio autor, como acontece com tanta frequência, por exemplo, no caso de Carlo Emilio Gadda, entre muitos outros. Assim, o tradutor está sempre como que a dançar numa corda bamba, sem absoluta segurança nos seus conhecimentos e com a tentação de tornar mais inteligível o que no original pode não sê-lo tanto, caindo na confusão de tomar por um nível de língua comum o discurso pessoal de um autor, que por definição nunca poderá coincidir com o modelo padrão. É inconscientemente levado, para facilitar a legibilidade por parte do seu leitor, a descodificar dados que o autor pode não ter a intenção de ver descodificados, por jogar com o hermetismo ou com a ambiguidade. Além de que é preciso saber destringir, como diz Jorge Luis Borges, o que é do autor e o que é da língua, em que o primeiro tem de ser traduzido à letra e o segundo não suporta a tradução literal: Borges dá o exemplo daquele «*todo el santo día*, [em que] a santidade é ocorrência da língua espanhola e não do escritor». ⁹ Este «santo dia» que em português e castelhano não é nada santo, em francês já surge como *sacré* e em italiano *benedetto*, adjectivos que em sentido denotativo se pode considerar significarem *saint* ou *santo*, mas não com a conotação que estamos a dar-lhes, e isto para já não falarmos do inglês em que a antonomásia já não funciona e exige ser *damned*.

E para identificar o nível de língua em que se pode enquadrar tal ou tal vocábulo, os dicionários também não ajudam muito. Todos trazem na lista das abreviaturas as indicações «erudito», «clássico», «regional», «gíria», «familiar», «popular», «vulgar», etc. – termos nunca rigorosamente definidos ¹⁰, e que, talvez por isso mesmo, se utilizem tão parcamente tais classificações. Só em casos extremos assinalam uma palavra como erudita ou popular, muitas vezes reservando esta última referência para a aplicar a termos de linguagem mais grosseira mas não propriamente obscena. E não falemos das faltas de consenso entre os diversos dicionários... Por outro lado, não há em nenhum dicionário – por ser impossível – uma hierarquização do uso de uma palavra nas suas diversas acepções, com uma ordem decrescente da frequência da sua utilização. Usando um exemplo da língua inglesa, todos sabem que se no dicionário, ao cabo de uma dúzia de acepções, houver uma com a indicação «*colloquial*», geralmente a última

da lista, é por essa que quase seguramente terão de optar, arriscando-se a um erro tremendo se decidem escolher a primeira. E os dicionários de sinónimos então, com um furor igualitário que arrasa toda a construção lógica de uma língua, colocam lado a lado o mais arrevesado dos termos com os de uso a toda a hora, nunca empregando outro critério para os apresentar que não a ordem alfabética.

É certo que nem sempre se pode atribuir um determinado grau de nível às palavras. Aquelas a que dantes chamávamos «palavras de sete e quinhentos», ou palavras «caras», também estão sujeitas à sua taxa de inflação e às flutuações do mercado... E em apoio da metáfora poderemos dizer, como Benvenuto Terracini, que «os tradutores [...] são acima de tudo os cambistas da linguagem».¹¹ Isto é, têm de conhecer o valor das palavras e restituí-lo na sua obra de conversão, tendo em conta que alterá-lo por iniciativa própria ou introduzir ilicitamente estruturas e termos estrangeiros numa língua serão já – pelo menos de um ponto de vista moral – delitos próximos respectivamente do mercado negro e do contrabando.

Em determinado momento pode entrar no uso comum certo vocábulo antes pouco ou nada habitual, mesmo sem que seja necessariamente um neologismo. Ainda há poucos anos no nosso quotidiano era pouco usual o emprego do termo «crispação», que, no entanto, fazia parte do léxico. De um dia para o outro, porém, certamente por influência da castelhana *crispación* que sofreu o mesmo fenómeno, a palavra pegou, saltou para o vocabulário da comunicação social, tendo passado a certa altura a surgir em todos os noticiários televisivos e nas parangonas dos jornais, e daí para a conversação comum, tornando-se praticamente indispensável quando se fala de relações menos pacíficas entre as diversas forças políticas. E igualmente, tal como nascem também desaparecem – ou até sofrem alterações do sentido em curtos espaços de tempo – outros termos ou expressões. Para o primeiro caso basta recordar a locução conjuncional «na medida em que», que agora só se emprega para caricaturar a linguagem do período imediatamente resultante do Maio de '68, em que era usada obsessivamente, ou em relação ao segundo, o sentido do qualificativo «profissional», que há poucas dezenas de anos possuía uma conotação negativa (alguém que fazia um trabalho indiferentemente, sem gosto nem vocação) e que nada tinha a ver com a boa qualidade da obra realizada, como no sentido em que hoje se utiliza.

Por isso, o tradutor precisa de ter um profundo conhecimento prático e vívido da língua de que traduz, e uma grande sensibilidade, quase direi intuitiva, para identificar o que no original é mais e o que é menos comum, o que está dentro da norma e o que surge como voluntária transgressão, o registo usado, se se trata de uma linguagem tendencialmente mais erudita ou popular; só assim poderá dar ao leitor da língua de chegada uma ideia fiel do estilo do autor que está a traduzir (não esqueçamos que, muitas vezes, a própria transgressão é factor de

comunicação, ou que se destina a estabelecer uma eventual cumplicidade com o leitor). Caso contrário, tal tradução acaba por fornecer uma versão comezinha do texto, de facto empobrecendo-o, reduzindo-o a uma frouxa linguagem de vulgarização.

Notas

- ¹ Mona Baker [1992], *In Other Words*, Routledge, London-New York, 1994, p. 15.
- ² Tal como sucede com as traduções galegas de Silvia Gaspar, *O vizconde demediado e O barón rampante*, Edicións Xerais de Galicia, Vigo, ambas editadas em 1988.
- ³ «Correspondencia Esther Benítez / Italo Calvino», em *Cuadernos de Traducción e Interpretación*, 4, Barcelona, 1984, pp. 99-107.
- ⁴ *Ibid.*, p. 99.
- ⁵ *Dizionario Enciclopedico Universale, Le Lettere*, Firenze, 1994, p. 447.
- ⁶ Carta de 28/2/1975 (*op. cit.*, p. 104).
- ⁷ M. Gregory, «Perspectives on Translation from the Firthian Tradition», *Meta*, 25, 1980, cit. por Basil Hatim e Ian Mason, *Discourse and the Translator*, 1990; tr. esp.: *Teoría de la traducción: una aproximación al discurso*, Ariel, Barcelona, 1995, p. 76.
- ⁸ Ressalvando-se as dificuldades de classificação que têm levado inclusivamente a questionar a própria noção de *nível de língua*, embora sem se pôr em causa a sua evidente existência, substituindo-a pela de *registo*. Cfr. Lance Hewson, «Le niveau de langue repère», *Palimpsestes*, 10, 1996, Paris, pp. 77-92.
- ⁹ «Las versiones homéricas», in *Discusión* [1932], Alianza Editorial, Madrid, 1995 (5ª), pp. 91-92.
- ¹⁰ Cfr. o artigo de Françoise Gadet, «Niveaux de langue et variation intrinsèque», *Palimpsestes*, 10, cit., pp. 17-35, onde nomeadamente se diz: «Num plano propriamente linguístico, não parece possível estabelecer um número determinado de níveis [de língua], nem ordenar os fenómenos em relação uns aos outros» (p. 27).
- ¹¹ «Il problema della traduzione» [1951] em *Conflitti di lingue e di cultura*, Einaudi, Torino, 1996, p. 52.